

Antonio Ernane Cacique de New-York Junior  
Presidente da Associação Software Livre do Maranhão  
Palestra proferida no I Seminário de Software Livre e Inclusão Digital “Democratizando o conhecimento”.

Data:31 de janeiro de 2007

Local American Flat – São Luís - MA

Bom dia a todos,

Gostaria de cumprimentar a mesa [...]

A minha tarefa aqui não é das mais fáceis, não é somente levantar a questão do ponto de vista da inclusão digital ou aparelhamento dos mecanismos que compõem a cadeia econômica da produção de tecnologia, mas trazer esta tecnologia para uma base de sustentabilidade para o nosso estado

No mundo inteiro está havendo uma discussão a respeito do que é propriedade intelectual e do que é produto intelectual. Esses temas têm colocado muitos pontos de reflexão muitas vezes de cunho filosófico - se ao escrever um texto no computador e imprimir, o texto é seu ou é do computador que armazenou a informação e colocou ao seu dispor? É uma pergunta difícil de responder. E como vender uma idéia que não é somente de uma pessoa mas fruto coletivo de outras pessoas?

Assim como essas perguntas cuja resposta não se afirma na propriedade intelectual, assim também acontece com a inclusão digital baseada no desenvolvimento sustentável. No Maranhão, as desigualdades são astronômicas, inclusive nas coisas mais simples. Na 4ª conferência estadual dos direitos humanos realizados em 16 a 18 de agosto de 2006 aqui em São Luís foi tocado em um assunto preocupante que eu trago agora.

Nesta Conferência foi discutido que uma população imensa, com cerca de 800 mil a um milhão de pessoas no Maranhão sequer possuem registro de nascimento. Para o Estado, essas pessoas simplesmente não existem e muito menos para os programas sociais ou qualquer ajuda de assistência governamental como auxílio médico, escola, habitação, financiamento governamental e todas as políticas públicas, já que é o principal documento para se ter acesso aos serviços públicos e ser cidadão.

Vejo nesse ponto a base para iniciar uma conversa de como implementar algo inovador para muitos e promover uma igualdade de direitos previamente acertados constitucionalmente. Se a educação é direito de todos, a saúde, moradia e todos os direitos

assegurados constitucionalmente, deve-se levar em conta que também o direito a informação tecnológica também deve ser assegurado e ser direito de todos. Isso é uma questão que deve ser bem colocada como uma proposta de trabalho de todos os organismos que coexistem na elaboração de políticas de cunho tecnológico.

Se por um lado grande parte da população sequer tem os direitos mais simples adquiridos como um registro de nascimento, por outro lado é preciso acabar com o débito tecnológico existente de anos. A política da abertura de mercado proporcionou um grande avanço na difusão da tecnologia, porém produziu abismos e débitos tecnológicos difíceis de serem sanados. Já não se pode mais falar em exclusão digital sem falar em exclusão social e adequar o estado de direito a pelo menos um registro de nascimento.

As políticas públicas calcadas em serviços como habitação, saúde, habitação, educação etc. deveriam prover antes de tudo a inclusão desse contingente de pessoas a ser pelo menos cidadão e não ter um documento, mas poder participar ativamente da vida social e ter os direitos garantidos pelo menos para ir a um posto de saúde e ser medicado.

Nesta segunda feira foi lançado o mais novo Windows, o Windows Vista, depois de alguns anos prometendo, desta vez saiu por um preço de 800 dólares nos Estados Unidos; ou seja, pela cotação de acima de dois reais, vai sair para o Brasil, acima de 1600 reais, bem mais caro que o computador mais barato comprado em qualquer loja em São Luís, cujo preço são caros devido a transporte e encargos fiscais.

Pensar em adquirir uma licença de programas de computador se configura em permitir que não seja produzida atividade intelectual. Como falei antes, se você escreve um texto, o texto ou é seu ou do computador que armazenou e imprimiu? Não se trata de saber de quem é dono mas se trata de difundir a informação.

Não é necessário levar um computador lá para o caboclo que não tem sequer familiaridade com o papel e caneta. O desenvolvimento sustentável está no fazer com que as populações obtenham a informação baseada na transmissão de conhecimento de base tecnológica e que se extinga a desigualdade e promova e equidade da informação.

Quando se trata de observar o que outros países fazem para promover a sustentabilidade para trazer a experiência desses países para o nosso cotidiano. Eu aqui posso citar algumas experiências da França, Suíça e Alemanha. A França há mais de uma década adota o Software Livre, será que o governo francês não é rico o suficiente para

adquirir o software comercial? Na Rússia já a algum tempo os computadores de lá adotam o software livre, primeiro por ser um país gigante e com diferenças na mesma proporção inclusive da língua com dezenas de outras línguas e dialetos, mas porque lá também a exclusão digital é também gigante e não se tem recursos para bancar o software proprietário.

A Alemanha desenvolve programas de produção de softwares sob uma plataforma livre, com automação industrial intensa sob esses moldes. Será que a Alemanha não é capaz de ter um software proprietário em seus computadores? Claro que não. Porém a discussão não termina aí.

Em Singapura era um lugar de extrema pobreza e o que se sabe não existia nenhum avanço sequer sob a base tecnológica. O governo investiu em ciência e tecnologia e hoje de dez produtos que existem no mundo quatro são de Cingapura com uma renda per capita de mais de 80 mil dólares anuais.

No Brasil, um país continental cuja a França é um pouco maior que o Maranhão, a Suíça é quase do tamanho de Sergipe e a Alemanha é quase do tamanho do Pará, todos esses ricos países adotam o software livre por ver uma política pública de produção de conhecimento, e com um forte incentivo na produção tecnológica de equipamentos de toda ordem com base na plataforma open source.

No Maranhão as iniciativas são tão esporádicas que se diluem como a cabocla me falou na conferência dos Direitos Humanos “Todos os Rios deságuam no mar”; todos os recursos são perdidos e o que sobra tem que ser dividido para muitos. É a síntese homeopática dos recursos públicos - tudo deságua em um oceano se diluindo.

A grande maioria dos usuários de computador se concentra principalmente em São Luis e grande parte dos usuários utilizam como base tecnológica o e-mail para emitir e receber correspondências e o mais utilizado é o Hotmail de propriedade da Microsoft. Ele tem suas facilidades, tem o messenger para conversa instantânea e tudo mais. Porém o uso é tão inseguro quanto atravessar a rua sem olhar para os lados. Eu mesmo tenho conta no hotmail é fácil entrar em contado com os alunos por ele, mas provém de um software pago e muito bem pago.

A princípio pensar em uma política de inclusão digital é pensar em uma idéia de que podemos começar a implementar o que o governo pernambucano já faz quando da

implantação do Porto Digital e do C.E.S.A.R. – Centro de Estudos Avançados do Recife. O Maranhão tem grandes potencialidades, inclusive por ser o lugar mais perto dos Estados Unidos da Europa ao mesmo tempo. São Luís é uma capital privilegiada por estar muito a beira do mar e por possuir maior profundidade portuária.

Aqui podemos criar oportunidades nunca antes vista no mundo, como a criação de um anel de alta velocidade de fibra ótica diretamente ligados com os Estados Unidos e a Europa ao mesmo tempo em um backbone de velocidade limitada somente pela luz.

Precisamos descobrir qual é a vocação tecnológica do Maranhão. Temos uma base espacial, mas não temos nenhuma escola de formação sequer de curso de nível profissionalizante de formação e capacitação de cunho espacial. Parece que é outro mundo e não o é.

Temos um rico e abundante oceano, porém os barcos chamados ibiúnas que são produzidos em pequenos estaleiros no Maranhão são muito rudimentares, não se tem sequer um projeto tecnológico de construção naval de produção de ibiunas ou outros tipos de embarcações. Sequer é usado algum tipo de ensaio computacional para fabricação dessas embarcações, ou seja: promover a sustentabilidade e inclusão digital não é tão-somente levar um computador e colocar um ser estranho sentado e apenas mostrar o que significa esse objeto e usar as suas ferramentas, é preciso dar o salto sustentável para aquele que senta em frente ao computador com um projeto pedagógico bem fundamentado e que leve a sustentabilidade de quem quer aprender essa nova tecnologia.

O Governo Federal aponta para a utilização do software livre como opção tecnológica de inclusão digital, mas não faz nenhuma referência de como deve ser tratada a questão das licenças no barateamento de equipamentos. A lei que normatiza o processo de licitação pelo setor público na compra de computadores é bem clara quando determina que não se pode licitar equipamentos com venda casada, isto é; o computador deve estar com um programa inicialmente livre saído da fábrica e ao ser licitado. Mas ainda assim, os computadores são vendidos com acréscimos de um pouco mais do seu preço, aumentando a carga e tirando a quantidade de computadores que poderia ser bem maior de não houvesse um programa protegido por copyright.

Em 2004 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão lançou uma cartilha de padronização do ambiente e migração para o software livre tratando a questão do

software livre como uma questão estratégica na promoção da eficiência e racionalização dos recursos aplicados e sem perda na qualidade dos serviços.

Segundo o plano, a utilização de software livre possibilitará que o ministério deixe de adquirir licenças de software proprietário, o que implicará inicialmente numa economia financeira, levando-se em consideração apenas os projetos de Migração do Pacote de Automação de Escritório e Migração do Correio Eletrônico, a economia estimada será da ordem de 2 milhões de reais, já considerando os gastos operacionais do próprio processo de migração e implementação das ferramentas livres, especialmente relacionados aos recursos humanos.

E para finalizar a minha fala penso em desenvolvimento sustentável situações veiculadas diretamente na construção de um modelo educacional que vise principalmente retirar o débito do analfabetismo. No Maranhão cerca de 28% da população é analfabeta e promover uma arrancada na dinâmica da inclusão social via inclusão digital é a grande chance de mudar este quadro desastroso.

A implementação da agenda 21 é prerrogativa ainda maior, principalmente nas Dimensões Sociais e Econômicas, Conservação e Gerenciamento dos Recursos para o Desenvolvimento, com o fortalecimento dos principais grupos sociais e os meios de implementar as ações propostas. Sua relevância se prende ao fato de oferecer opções práticas que podem ser implementadas e por destacar o papel de cada um dos diversos segmentos que compõem a sociedade e principalmente na juventude que é desprovida de inúmeros meios tecnológicos.

A base maior a ser destacada são os programas de ação alicerçados na idéia de que a população, o consumo e a tecnologia são fundamentais para a mudança ambiental no planeta e a forma de se alterar o quadro de pobreza e degradação ambiental que domina as populações do nosso estado.

E para finalizar mesmo, devo dizer que é preciso encontrar uma solução rápida e eficaz para promover uma ação de choque tecnológico educacional com incentivo maciço em implementação de programas de inclusão social com base tecnológica, sob pena de não se ter mais como retroceder no atraso tecnológico e no débito de anos a quem nos foi imposto e só agora acordamos para a realidade que nos cerca. Finalizo dizendo que “Povo sem tecnologia é povo pobre”. Muito obrigado.